



**Escola Nacional de  
Administração Pública**

## **O MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL A PARTIR DA ANÁLISE DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO DO MUNICÍPIO DE JACINTO-MG**

Aluno(a): Karla Pinheiro de Oliveira

Graduando em: Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Períodos: de novembro de 2018 a setembro de 2019

Email: [karlapinheiro2012@gmail.com](mailto:karlapinheiro2012@gmail.com)

Instituição de Ensino: Escola Nacional de Administração Pública-ENAP

Local de Estágio: Prefeitura Municipal de Jacinto-MG

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angela Maria Mesquita Fontes

Brasília – DF  
Setembro/2019

## **Resumo**

A execução do projeto de intervenção visa a realização do mapeamento das áreas de vulnerabilidade Social a partir do levantamento de dados no sistema eletrônico e físico do CADUNICO. Este documento analítico, poderá ser instrumento de planejamento das políticas públicas municipais, se apropriado pelos gestores municipais na definição das prioridades e metas, a partir de análise de indicadores existentes nos dados apresentados via território de cobertura das Equipes de Saúde das Famílias-ESF do município de Jacinto-MG. Neste sentido, foram identificadas variáveis que compõe os do Índice de Vulnerabilidade Social-IVS, criados pelo Instituto de Pesquisa Aplicada-IPEA, buscando a integração com a Agenda 2030, criada em 2015 pela Organização das Nações Unidas-ONU, onde o Brasil é signatário na implantação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS. A pesquisa realizada faz uma correlação com três desses ODS: Erradicação da pobreza (ODS 1); redução da desigualdade (ODS 10) e promoção de meios de implementação e revitalização de parcerias (ODS 17) na perspectiva de conduzir a gestão de políticas públicas através da implantação de ações que possuam um viés voltado para as demandas locais buscando o desenvolvimento sustentável, através da promoção do acesso aos direitos básicos para sobrevivência da população.

Palavras Chaves: CADUNICO; Gestão de Políticas Públicas; Vulnerabilidade Social; Desenvolvimento Sustentável.

## Sumário

1. Introdução.....	4
2. Problema.....	6
3. Justificativa .....	7
4. Objetivos .....	13
4.1. Objetivo Geral .....	13
4.2. Objetivos Específicos .....	13
5. Revisão de Literatura.....	14
6. Metodologia .....	19
7. Cronograma .....	22
8. Recursos Necessários .....	23
9. Resultados Esperados .....	25
10. Referências bibliográficas.....	36
Apêndice.....	38
Anexo .....	47

## 1. Introdução

O presente projeto foi realizado como intervenção de conclusão de curso da especialização *latu sensu*, “Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública-ENAP a profissionais vinculados à gestão pública municipal visando a promoção e ampliação de conhecimentos que possibilitem novas intervenções frente ao desenvolvimento local.

A Agenda 2030 foi estabelecida pela Organização das Nações Unidas-ONU no ano de 2015 através da criação do documento titulado de “Transformando o Nosso Mundo” onde 193 países que compõe a ONU, dentre eles o Brasil, aderiram a agenda para condução da implantação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS baseados em cinco eixos norteadores: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias tendo como foco o desenvolvimento social, econômico e ambiental através

Nesta vertente o diagnóstico municipal foi construído a partir da base de dados do Cadastro Único do município de Jacinto/MG, firmando parcerias entre o órgão de controle social, Conselho Municipal de Assistência Social, e o poder executivo municipal representado pelo Prefeito e a Secretaria de Assistência Social para implantação processo técnico-operativo na gestão municipal.

A ação tem como objetivo fortalecer o processo de planejamento das políticas públicas municipais, a partir da apropriação da base de dados locais para execução de ações de gestão de médio e longo prazo.

Assim será realizado cruzamento de dados considerando o Índice de Vulnerabilidade Social-IVS estabelecido pelo Instituto de pesquisa Aplicada-IPEA no âmbito da infraestrutura, capital humano e renda e trabalho.

Neste contexto é abordado o papel dos entes federativos nas três esferas de governo e a importância do município assumir sua responsabilidade na gestão apropriando-se dos instrumentais disponibilizados para acesso a informações que possibilitem mudanças no modo de intervenção nas políticas públicas locais por

possuir uma relação direta e permanente tanto com quem repassa as informações, usuários, como quem executa a manutenção da base de dados, que são os profissionais que trabalham direto com a população.

O planejamento das políticas públicas é abordado a todo o momento e é colocado como condição relevante para o alcance dos resultados que devem ser definidos a partir de uma necessidade da realidade local construída pelos atores que executam, monitoram e usufruem dos serviços municipais.

Correlacionar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a realidade local é criar uma releitura considerando a inserção da realidade local em uma dimensão regional e nacional. Esta abordagem possibilita a entender e dimensionar prioridades e períodos a serem cumpridos em cada ação proposta a ser realizada a partir das responsabilidades de cada ente federativo e demais órgão que compõe o controle execução dos serviços.

## **2. Problema**

A não apropriação de uma base de dados da realidade local, pela administração pública no planejamento, execução e monitoramento das políticas públicas impacta em ações focalizadas, pontuais e no atendimento de demandas apresentadas apenas de formas emergenciais, de curto prazo. Vale dizer, a não sistematização dos dados existentes impactam negativamente o processo de planejamento municipal.

### 3. Justificativa

#### Jacinto na sua contemporaneidade.

O município de Jacinto está localizado a Região do Baixo Jequitinhonha, Nordeste de Minas Gerais, a 830 km da capital de Belo Horizonte.

Com IDH de 0,632, Jacinto possui uma área territorial de aproximadamente 1395,3 km<sup>2</sup>, sendo sua população de 12.329 pessoas, correspondendo a uma densidade demográfica de 8,71 habitantes por km<sup>2</sup>.

Conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE para 2018, a população total de Jacinto é de 12.329 pessoas o que comparando com a população do Censo/2010 indica um crescimento de 1,6%. Trabalhando com os dados do Censo de 2010, a população residente em Jacinto está distribuída em idade e sexo, conforme a tabela abaixo:

**Tabela 1: Perfil da População Município de Jacinto-MG**

Perfil da População Município de Jacinto-MG						
Faixas etárias	Homem	%	Mulher	%	Total	%
0 a 9 anos	996	8.2	921	7.6	1.917	15.8
10 a 14 anos	565	4.7	520	4.3	1085	9
15 a 19 anos	561	4.6	538	4.4	1099	9
20 a 24 anos	477	3.9	444	3.7	921	7.6
25 a 29 anos	499	4.1	405	3.3	904	7.4
30 a 59 anos	2.261	18.6	2089	17.2	4.350	35.8
Acima de 60	926	7.7	932	7.7	1.858	15.4
População Total	6285	51.8	5849	48.2	12.134	100

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Verifica-se que a maior concentração da população encontra-se nas faixas etárias economicamente ativas, de 30 a 59 anos de idade com 35.8%, em segundo está a faixa etária de 0 a 14 anos de idade onde concentra o público de

criança e adolescentes com 24,8%, seguidos pelos jovens, faixa etária de 15 a 29 anos de idade com 24% e em último lugar os idosos com 15,4% da população.

No que se refere à presença de homens e mulheres na população, percebe-se que a maior concentração acontece com o público masculino, sendo 51,8%, comparada com o feminino, que é de 48,2%, diferente de dados emitidos CENSO/2010 na realidade nacional e estadual onde a maioria da população é de mulheres.

O Produto Interno Bruto-PIB per capita de Jacinto em 2016 é de aproximadamente R\$ 7.996,11 per capita, sendo sua fonte externa, formada por transferências governamentais, de 92,8%. No ranking nacional Jacinto aparece na colocação de 4.561 dentre os 5.570. E no conjunto dos 853 municípios do estado de Minas Gerais está na 775ª colocação e 6º entre os 16 da microrregião do Baixo Jequitinhonha.

Analisando os dados atualizados do IBGE em 2017, verifica-se que o número de pessoas ocupadas é de 872, o que corresponde a 6,9% da população, sendo a média salarial de 1.6 salários mínimos, possuindo um percentual de 45,39% da população com renda mensal de ½ salário mínimo. Quando se faz uma analogia sobre a renda frente a realidade nacional o município posiciona em uma classificação de 2107 dentre os 5.570, no Estado está em 159 entre os 853 e na região 12 dos 16.

No município as atividades econômicas predominantes são agropecuárias, serviços educação, saúde, seguridade social e pequena parte, lavoura, pecuária e aquicultura.

Atualmente o município possui um número de 2.963 famílias cadastradas no Cadastro Único com renda per capita que varia, em valores de 2019, entre R\$ 89,00 a meio salário mínimo, deste público Jacinto possui 1.658 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família-PBF.

No que se refere ao sistema de educação, Jacinto possui na rede municipal as escolas: Pedro Abelardo de Almeida de 1º ao 5º ano, CEMEI (Centro Municipal de Educação Infantil), Celina Macedo, Otelino Sol, Chapeuzinho Vermelho e na rede estadual as escolas: Professor Estêvão Araújo até 6º ano, Cardeal Mota,



Alípio de Moraes, e do Havaí e a rede privada conta com o Instituto Educacional João e Maria, que atende do maternal ao 9º ano.

No âmbito da saúde o município é habilitado em Atenção Básica e possui em sua estrutura os seguintes equipamentos públicos: seis Equipes de Saúde da Família-ESF, três na zona urbana e três na rural, que atendem os distritos de Jaguarão, Bom Jardim e Avaí, um hospital para atendimento de pequenas cirurgias, um CAPS, farmácia popular, centro de fisioterapia, dentre outros que ofertam atendimento à população.

### **Jacinto no contexto de regionalização das políticas públicas do Baixo Jequitinhonha.**

Jacinto é sede de Comarca, para os municípios de Salto da Divisa, Jordânia, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto e Bandeira e realiza a cobertura em serviços públicos pactuados pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha-CIMBAJE, nas cidades da comarca e nos municípios de: Joáima, Jequitinhonha, Rubim, Felisburgo e Rio do Prado.

O CIMBAJE possui sede em Jacinto, sua fundação ocorreu em 2005 para oferta de serviço de saúde regionalizada e em 2006 a 2010 houve ampliação dos serviços com a criação de programa de resíduos sólidos em saúde. Em 2014 atuou na manutenção da iluminação pública e a posteriori celebrou parceria com a Universidade Federal de Viçosa para a realização do georreferenciamento nos municípios consorciados visando a regularização fundiárias das moradias e loteamentos existentes na zona urbana e rural.

A região possui características peculiares dadas por sua localização geográfica por está situado a região do semiárido contribuindo para os períodos prolongados de seca, mesmo possuindo em sua maioria, uma relação direta com o Rio Jequitinhonha, que banha partes dos municípios que compõe a região. O afluente encontra-se em degradação, pela falta de reflorestamento, impactando no aumento da seca e redução da produção agrícola de subsistência, principal atividade econômica da região.

Os municípios também sofrem impacto da BR 367, rodovia Federal que tem início em Santa Cruz de Cabralia/BA e finaliza em Gouveia/MG. Parte da rodovia entre Jacinto x Salto da Divisa não é pavimentada e entre Almenara x Jacinto existem trechos onde rios não foram canalizados para escoamento de águas no período de chuvas, causando transtorno no acesso ao tráfego em períodos de chuvas para a população, que possui somente esse acesso para deslocamentos como tratamentos de saúde, escoamento de produtos e oferta de bens e serviços.

Vale destacar que a região sofre impactos pela circulação de carga pesada, em grande parte pelo transporte de eucalipto para empresa Veracel Celulose situada em Eunápolis, na BA.

Atualmente, os municípios que compõe o CIMBAJE possuem um total de 15.994 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme descrição a abaixo:

**Tabela 2: Municípios participantes do CIMBAJE**

<b>Municípios Participantes do CIMBAJE</b>	<b>Nº famílias Beneficiárias</b>	<b>Percentual referente à População Total (%)</b>
Bandeira	619	25,99
Felisburgo	1.234	41,08
Jacinto	1.712	32,90
Jequitinhonha	2.550	26,74
Joaíma	2.471	40,20
Jordânia	967	24,15
Rio do Prado	839	35,02
Rubim	2.412	28,99
Salto da Divisa	904	31,26
Santa Maria do Salto	845	33,42
Santo Antônio do Jacinto	1.441	30,32

Fonte: OLIVEIRA,2019

O acesso ao programa de transferência de renda é condição significativa no desenvolvimento local e regional, considerando o número de famílias em situação de extrema pobreza e a dependência econômica dos municípios ao respectivo repasse financeiro, impacta fortemente na circulação monetária da região.

Jacinto é referência para acesso a serviços regionais de saúde, Justiça Eleitoral, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Cartório de Registro de Imóveis, mas possui uma infraestrutura urbana deficitária nos bairros de periferia e nos distritos municipais no que se refere a estrutura de saneamento básico, calçamento, rodovias, bem como a estrutura administrativa para gerenciamento das políticas públicas que venha atender demandas que impactam na redução das desigualdade e potencialize o desenvolvimento econômico.

A localização geográfica e seu contexto histórico traz entraves significativos na gestão municipal que poderá ser alterada a partir da apropriação de uma nova forma de gerir as políticas públicas, saindo de uma ação focalizada e imediatista para implementação de um planejamento que visem o desenvolvimento de ações e cumprimento metas alinhados a indicadores que representem a realidade local através das incidências de vulnerabilidade existentes nos territórios.

### **O CADUNICO de Jacinto na perspectiva da gestão de dados**

O município possui alto nível de população abaixo da linha da pobreza e inserida no sistema eletrônico do Cadastro Único-CADÚNICO, além de possuir um elevado número de habitantes em idade ativa, conforme dados do IBGE.

Conforme Relatório de Informações Sociais do Ministério da Cidadania de abril de 2019, Jacinto possui 7.525 pessoas cadastradas no CADÚNICO o que corresponde a 61,03% da população.

O Cadastro Único retrata o perfil das famílias no que refere ao acesso à renda, educação, saúde, habitação, saneamento, bem como composição familiar.

A base cadastral do CADUNICO traz um reflexo da realidade local, uma vez que é porta de entrada das famílias de baixa renda para acesso a programas sociais ofertados através das políticas públicas conforme perfil identificado por corte de renda, idade, sexo, situação de infraestrutura habitacional, escolaridade e saúde pública.

O CADUNICO deve ser apropriado pela gestão para mapear as zonas de maiores índices de vulnerabilidade social e assim propor alternativas de melhoria de vida da população através de intervenções conjuntas, considerando que as atualizações dos dados devem ocorrer em período máximo de vinte e quatro meses, pelas famílias, possibilitando um retrato atualizado da realidade do município.

As ações executadas em Jacinto permeiam o atendimento da população via programas, projetos e serviços pactuados com os entes federados, via ações emergenciais e pontuais.

O município não possui uma infraestrutura administrativa com corpo técnico especializado para realização de planejamento sistemático, estratégico que possa criar de banco de dados eletrônicos especializados e não há uma sensibilização para a apropriação de dados existentes na realização do planejamento e monitoramento das ações executadas.

Essa estratégia de intervenção potencializará a gestão municipal, no planejamento das políticas públicas podendo ser usado para definir prioridades a serem estabelecidas e metas a serem cumpridas.

A execução do Projeto de Intervenção possibilitará uma leitura consistente da realidade municipal, identificando as vulnerabilidades sociais, a partir da análise de indicadores que serão coletados e deverão ser analisados considerando as dimensões do Índice de Vulnerabilidade Social-IVS (IPEA 2018).

Deve ser considerado que o desenvolvimento deste projeto de intervenção possibilitará uma nova apropriação de estratégias de planejamento na gestão municipal.

## **4. Objetivos**

### **4.1. Objetivo Geral**

Realizar mapeamento dos territórios de vulnerabilidade social a partir dos dados informados pelas famílias inscritas ao setor do CADUNICO de Jacinto considerando os indicadores apresentados no Índice de Vulnerabilidade Social-IVS, objetivando o desenvolvimento regional do Baixo Jequitinhonha, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS de Erradicação da Pobreza (ODS 1), Redução da Desigualdade (ODS 10) e Implementação de Parcerias (ODS 17).

### **4.2. Objetivos Específicos**

- Definir territórios com maior índices de vulnerabilidade relacionado a renda.
- Delimitar território considerando os bairros existentes e cobertura da ESF.
- Levantar os tipos de vulnerabilidade existente junto à população que é atendida no órgão gestor do CADUNICO.
- Levantar o perfil das pessoas cadastradas no CADUNICO, considerando faixa etária, sexo e nível de escolaridade.
- Garantir a sistematização de dados para definição de áreas de intervenção junto à gestão municipal.
- Sensibilizar o CIMBAJE da apropriação da base do CADUNICO dos municípios vinculados, visando a realização de mapeamento para o levantamento de prioridades a serem consideradas na região do Baixo Jequitinhonha.

## 5. Revisão de Literatura

O Cadastro Único foi implantado no Brasil no ano de 2001 como instrumento de coleta de dados das famílias brasileiras a partir de formulários próprios, para que as famílias de baixa renda pudessem ser inscritas para terem acesso aos programas de transferência de renda do governo federal referente ao Auxílio-Gás, Bolsa-Escola, Bolsa Alimentação e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI.

Em 2001 cria-se o CADUNICO com objetivo de integrar os formulários para acesso aos vários benefícios de transferência de renda possibilitando maior controle das concessões e garantia da universalização da população aos programas de transferência de renda.

O Decreto Nº 3.877/2001 cria o Cadastro único pelo Decreto de Nº 6.135/2007 que dispõe sobre o sistema unificado e define a identificação e caracterização socioeconômica e integra a base de dados para acesso aos programas sociais do governo federal.

Art. 2º O Cadastro Único para Programas Sociais - CADUNICO é instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público (BRASIL, 2007)

O CADUNICO passa a ser reconhecido como ferramenta de inclusão social no ano de 2003 quando é criado o Programa Bolsa Família a partir da unificação dos programas de transferência de renda o instrumento amplia a identificação de situações ganhando mais qualidade de informações na seleção de famílias a serem atendidas por programas sociais garantindo a transversalidade do acesso as políticas públicas.

Em 2004 com a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome a gestão do CADUNICO passa a ser integrada a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, responsável a base de dados em âmbito nacional ofertando suporte a gestão dos demais entes federativos.

Em 2011 a Portaria Nº 177/2011 regulamenta-se a gestão do cadastro único e define critérios de cadastramento, objetivos, operacionalização e competência de cada um dos entes envolvidos na gestão do CADUNICO.

Art. 21. Em âmbito local, a administração da base de dados do CADUNICO será realizada pelo município e pelo Distrito Federal, nos termos de sua adesão, regulamentada pela Portaria GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005, e será disciplinada por Instruções Normativas específicas. (BRASIL, 2019)

Aos municípios é atribuída a responsabilidade na operacionalização do sistema e na gestão das condicionalidades do programa de transferência, o Bolsa Família. É instituído o conselho municipal de assistência como órgão de controle social, responsável pela fiscalização e acompanhamento da operacionalização da base de dados do Cadastro Único.

O processo de descentralização político e administrativo possibilita a apropriação dos dados coletados pelo setor do CADUNICO na gestão municipal como ferramenta de planejamento para realização da implementação das políticas públicas voltadas a população de baixa renda.

“o município possui um papel de destaque na gestão e na operacionalização do Cadastro Único, pois é quem tem a possibilidade de realizar uma interlocução mais próxima com a população e, assim, identificar suas principais necessidades. Porém, os estados e a União também desempenham funções estratégicas. Cabe destacar que o Distrito Federal acumula atribuições tanto dos estados como dos municípios” (Cidadania, 2017, p.17)

No âmbito federal a SENARC é responsável por coordenar, acompanhar e supervisionar a implantação e a execução do Cadastro Único, realizando avaliação contínua da qualidade de suas informações, bem como definir estratégias de aperfeiçoamento do sistema eletrônico e de profissionais que estão vinculados a este órgão.

Neste processo de descentralização política e administrativa a participação popular é determinante na construção de um ambiente harmonioso, de controle da política pública, cabendo ao Conselho Municipal de Assistência Social assumir esse papel na gestão municipal, considerando a sua composição paritária entre

governo e sociedade civil, onde o usuário do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, possui assento para propor e deliberar sobre a política pública.

Art. 6º Caberá aos Conselhos Municipais e do Distrito Federal de Assistência Social (CMAS e CAS/DF) realizar atividades de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução e operacionalização do Programa Bolsa Família em seu âmbito, sem prejuízo de outras fixadas por sua norma de criação, especialmente:

I – Quanto à operação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro único)

a) acompanhar e fiscalizar os espaços e equipe de referência responsável pelo preenchimento do Cadastro Único, para que sua base de dados seja composta de informações fidedignas, que reflitam a realidade socioeconômica do município (Social-CNAS, 2014)

A participação do órgão de controle social no processo de planejamento das políticas públicas visa garantir efetividade, transparência e universalidade no acesso das informações através de meios que viabilizem uma ação coletiva pautada legitimidade dos serviços ofertados.

A apropriação da base de dados do Cadastro Único pelos órgãos municipais é estratégia para dinamizar o processo de planejamento passando a ser instrumento de gerenciamento, para prospecção de intervenções futuras no âmbito da educação, saúde, renda, infraestrutura urbana.

Alinhar os dados coletados frente aos indicadores postos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA no IVS é potencializar a gestão das políticas públicas ofertando possibilidades de análises sobre a realidade existente reconhecendo fragilidades a serem enfrentadas através de uma intervenção que pode ser realizada de forma coletiva, participativa e horizontalizada.

perspectiva aqui adotada parte do reconhecimento de que as vulnerabilidades sociais decorrem de processos sociais mais amplos contra os quais o indivíduo, por si só, não tem meios para agir e cujos rumos só o Estado, por meio de políticas públicas, tem condições de alterar. (COSTA, M. A., SANTOS, M. P. G., Bárbara MARGUTI, B., 2018)

Construir um diagnóstico, que expresse a realidade local, possibilita o levantamento de situações estruturais que expressem a questão social existente por um aparato histórico e/ou de negligência pela falta de acesso a políticas públicas.



A delimitação de territórios populacionais é um condutor determinante no processo de planejamento, trabalhando com prioridade e resultados a serem alcançados de acordo a caracterização daquele público considerando o IVS de infraestrutura, que apresenta indicadores sobre as condições de acesso da população aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, que impactam significativamente seu bem-estar.

O IVS de Capital humano envolve dois aspectos que determinam as perspectivas atuais e futuras no processo de inclusão social dos indivíduos no âmbito da saúde e educação, adotando indicadores de: mortalidade infantil; da presença, nos domicílios, de crianças e jovens que não frequentam a escola; da presença, nos domicílios, de mães precoces, e de mães chefes de família, com baixa escolaridade e filhos menores; da ocorrência de baixa escolaridade entre os adultos do domicílio; e da presença de jovens que não trabalham e não estudam.

A apropriação do IVS renda e trabalho traz não só indicadores relativos à insuficiência de renda presente, mas incorpora outros fatores que, associados ao fluxo de renda, configuram um estado de insegurança de renda: a desocupação de adultos; a ocupação informal de adultos pouco escolarizados; a dependência com relação à renda de pessoas idosas; assim como a presença de trabalho infantil.

Neste viés o mapeamento realizado considerou os indicadores postos pelos IVS e assim correlacionou-os à Agenda 2030, instituída em setembro de 2015, entre 193 países membros das Organizações das Nações Unidas-ONU, dentre eles o Brasil, aos indicadores e metas estabelecidas a partir da implantação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS.

Os ODS incorporam três dimensões: social, econômica e ambiental que quando inseridas no planejamento de desenvolvimento local podem potencializar as possibilidades de alcance de resultados, uma vez que a agenda traz uma vertente mundial e pode ser incorporada na realidade local a partir das demandas apresentadas.

Assim a realização do mapeamento em Jacinto possibilita a construção de um retrato da realidade a partir da correlação existente entre os IVS aos ODS.

No caso do ODS 1- Erradicação da Pobreza, que apresenta a pobreza de forma multidimensional, não aliada somente a questão da renda, é possível estabelecer o elo com o IVS trabalho e renda, que traz uma relação significativa entre renda, escolaridade e faixa etária. Aspectos que representam que a pobreza ou a baixa renda possui uma relação direta com o nível de escolaridade das pessoas.

Quando nos detemos no IVS de infraestrutura incorporamos o ODS 10 Redução das Desigualdades que tem como objetivo identificar as diferenças regionais e locais para que possamos realizar ações de promoção do desenvolvimento integral independente de contexto geográfico, social, ambiental e econômico.

É necessário territorializar para conhecer aspectos que determinam as diferenças existentes e correlaciona-las com a esfera regional, estadual e nacional. Essa ação possibilita diagnosticar as áreas de intervenção prioritária na gestão municipal e assim estabelecer parcerias que busquem reduzir as demandas que ocasionam a desigualdade social.

Na definição de metas a serem cumpridas e na busca por parcerias o município incorpora o ODS 17 que define que esse é o método para se construir uma sociedade onde todos participam do processo de construção, de monitoramento e avaliação. O projeto de intervenção deve ser ancorado na vertente de construção coletiva, onde o trabalho é fortalecido através incorporação efetiva no seu fazer institucional.

## 6. Metodologia

A execução do projeto de intervenção foi construída a partir de pesquisa bibliográfica realizada em livros, cartilhas, legislação e sites eletrônicos sobre conceitos estabelecidos sobre políticas públicas, vulnerabilidade social, cadastro único e ODS para definição de objeto de trabalho e alinhamento de estudo realizado.

A estruturação das ações foi realizada a partir da apropriação de dados de fontes secundárias e primárias, bem como a realização de reuniões estruturadas com equipes técnicas que possuem relação direta e indireta na gestão de políticas públicas ofertadas as famílias cadastradas no CADUNICO.

O mapeamento dos dados foi possível a partir do estabelecimento de cooperação entre as equipes da Prefeitura Municipal de Jacinto, — prefeito, secretários municipais de assistência social, saúde e educação —, do órgão gestor do CADUNICO, do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha-CIMBAJE, o Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, pactuado em reunião de apresentação do Projeto de Intervenção (PI).

Na primeira reunião realizada com as representações governamentais e não governamentais, houve repasse de informações sobre a origem do PI, esclarecendo a sua importância na contribuição no processo de planejamento e monitoramento das política pública, que poderão pensadas a partir da sistematização de dados existentes em âmbito local, via Consulta, Seleção e Extração de Informações do CADUNICO-CECAD, disponibilizado pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação-SAGI, do Ministério da Cidadania.

Após esclarecimentos sobre formas de aprimoramento da gestão foi celebrado o pacto de aprovação de uso de dados do CADUNICO, entre órgão gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social, respeitando a Portarias MDS Nº 502 de 29/11/2017 e Nº 10 de 30/01/2012 e Decretos Federais Nº 3.505 de 13/06/00 e Nº 7845 de 14/11/12, que regulamentam o acesso às informações visando a sistematização de informações

para elaboração de políticas públicas e política de segurança da informação nos órgãos e entidades da administração pública.

A pesquisa quantitativa foi realizada considerando dados coletados no acesso do sistema do cadastro único e aplicação de questionário, constante no apêndice 01, para atualização de dados sobre a realidade das famílias inseridas no CAUNICO, onde foi inserido itens necessários para a identificação dos IVS que não possuíam no caderno do CADUNICO emitido pelo SENARC, bem como a identificação da área de cobertura da ESF.

A análise de dados ocorreu por amostragem de 4.042 pessoas, residentes na área urbana, que corresponde a 53,64% da população cadastradas no CADUNICO, desse total 21,74% residem na área I da Unidade de Saúde Vida Nova, 51,80% na área II da Unidade de Saúde Amigos da Família e 26,44% na área III da Unidade de Saúde Esperança.

A pesquisa realizada considerou as áreas de cobertura das equipes Estratégicas de Saúde da Família a fim de possibilitar a cobertura integral das políticas públicas facilitando o monitoramento de famílias que estão sem acesso aos serviços de acompanhamento da saúde e assistência social.

Foram diagnosticadas famílias que não efetuavam a atualização cadastral no CADUNICO e assim foi possível realizar uma nova atualização com a identificação do perfil das famílias, condição de renda, composição familiar, infraestrutura habitacional e número do Cartão SUS. Essa estratégia foi usada para controle da veracidade dos fatos informados garantindo a unificação dos dados independente de política pública.

Na abordagem com as famílias foram realizadas visitas domiciliares pela equipe da gestão do CADUNICO e busca ativa para chamamento das pessoas que se encontravam há mais de um ano sem atualizar seus dados cadastrais.

Foi realizada a leitura dos dados coletados a partir da correlação dos IVS com os ODS 1, 10 e 17. Esse alinhamento possibilitou a realização de leitura da realidade, pontuando as potencialidades e fragilidades de cada território.

Neste viés, os ODS foram apropriados para realização de aprofundamento da análise qualitativa dos dados coletados e assim correlacionar com os

indicadores e metas a serem trabalhadas no planejamento municipal tendo por base a agenda.

Com a finalização da construção do documento com base nos dados coletados, o próximo passo será a apresentação das informações aos representantes de órgãos públicos, representantes da sociedade civil, poderes legislativo e judiciário, e órgão de controle social a fim de que sejam disseminadas e apropriadas pelos respectivos órgãos na execução e monitoramento das políticas públicas municipais.

## 7. Cronograma

Projeto de Intervenção	Duração em dias	Início	Término
<b>Mapeamento das áreas de vulnerabilidade social a partir da análise de dados do Cadastro Único do município de Jacinto-MG</b>	110	13/05/2019	05/09/2019
<b>Planejamento</b>	<b>34</b>	<b>13/05/2019</b>	<b>12/06/2019</b>
Definição da situação problema	15	13/05/2019	31/05/2019
Levantamento da bibliografia	15	31/05/2019	12/06/2019
Delimitação de território de abrangência do projeto	1	03/06/2019	03/06/2019
Delimitação dos IVS a serem estudados	2	04/06/2019	05/06/2019
Especificar os ODS relacionados	5	04/06/2019	07/06/2019
<b>Execução</b>	<b>72</b>	<b>04/06/2019</b>	<b>19/08/2019</b>
Articulação prefeito e secretários	1	04/06/2019	04/06/2019
Reunião com órgão de controle social	1	20/06/2019	20/06/2019
Acesso a base de dados do CADUNICO	30	24/06/2019	02/08/2019
Aplicação dos questionários	82	13/05/2019	02/08/2019
Sistematização de dados coletados por território de abrangência da Equipe de Saúde da Família-ESF	40	25/06/2019	19/08/2019
<b>Estruturação do Diagnóstico</b>	<b>59</b>	<b>25/06/2019</b>	<b>13/08/2019</b>
Quantificar dados coletados	40	25/06/2019	19/07/2019
Qualificar os dados coletados a partir definição IVS	15	16/07/2019	05/08/2019
Considerar a construção do diagnóstico a partir da apropriação no planejamento das políticas públicas	3	06/08/2019	08/08/2019
Correlacionar com os ODS	3	09/08/2019	13/08/2019
<b>Apresentação diagnóstico a comunidade</b>	<b>06</b>	<b>27/08/2019</b>	<b>05/09/2019</b>
Convite dos representantes poder executivo, legislativo, judiciário e órgãos de controle social	5	27/08/2019	30/08/2019
Realização de reunião	1	05/09/2019	05/09/2019

## 8. Recursos Necessários

Os recursos utilizados para a execução no Projeto de Intervenção foram viabilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social com a cessão de mão de obra, material didático e eletrônico.

Os valores estabelecidos tiveram como referência a base salarial dos profissionais envolvidos e carga horária disponibilizada para execução do projeto.

### Responsáveis pelo projeto

Nome	Papel	Responsabilidades
Karla Pinheiro de Oliveira	Coordenadora	Acompanhar o processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das atividades realizadas e responsável técnico pela execução do Projeto de Intervenção.
Maria Aparecida da Silva	Articuladora	Realizar articulação municipal e intermunicipal para a realização de reuniões periódicas garantindo a adesão de todos os parceiros.
Aline Salomão	Técnico médio	Realizar registros de documentos elaborados da coleta de dados sobre as demandas necessárias para aplicabilidade do projeto de intervenção.

### Equipe Técnica

Nome	Papel	Cargo / Função	Telefone(s)	E-mail
Karla Pinheiro de Oliveira	Coordenadora	Assistente Social	(33)988822550	<a href="mailto:Karlapiheiro2012@gmail.com">Karlapiheiro2012@gmail.com</a>
Maria Aparecida da Silva	Articuladora	Secretária Municipal de Assistência Social	(33)988249893	<a href="mailto:Assistsocial.jacinto@yahoo.com.br">Assistsocial.jacinto@yahoo.com.br</a>
Aline Salomão	Técnico médio	Aux. Administrativo	(33)988383738	<a href="mailto:Alinere.pessoa@gmail.com">Alinere.pessoa@gmail.com</a>

### Recursos Materiais Necessários

Quantidade	Recurso	Descrição
04	Computador	acesso a banco de dados repassados pelo CADÚNICO
01	Data show	realização de reuniões técnicas
01 Resma	Papel A4	impressão de documentos
01	Toner	impressão de documentos

### Recursos Financeiros

Função	CH	Valor hora (R\$)	Valor total (R\$)
Coordenadora	880	200,00	176.000,00
Articuladora	36	180,00	6.480,00
Aux. Administrativo	360	60,00	21.600,00
<b>Total</b>	<b>1.390</b>	<b>440,00</b>	<b>204.080,00</b>



## **9. Resultados Esperados**

A aplicação do projeto de intervenção, como estratégia de fortalecimento da execução do planejamento das políticas públicas em âmbito local, deve atingir resultados que possibilitem identificar territórios e situações de vulnerabilidade social existente no município.

Os indicadores de infraestrutura, trabalho e renda e capital humano servem de base para reflexão do contexto social, político e econômico e devem ser instrumento construtivo de nova realidade societária quando vinculados a ações de promoção que garantam a implantação dos ODS 1 - erradicação da pobreza, ODS 10 - redução da desigualdade, e ODS 17 - parcerias e meios de implementação.

A análise dos dados apresentados pelo eixo Y (coluna vertical dos gráficos) é representada via percentual de indicadores por IVS considerando o número total de pessoas existentes na área de abrangência por faixa etária, sexo ou renda, em relação ao público pesquisado que é 4.042 pessoas.

A apropriação da base de dados do CADUNICO oportunizou o mapeamento dos IVS por meio de uma intervenção técnico-operativo que envolveu uma parceria entre os órgãos gestores das políticas públicas de saúde e assistência social, educação e órgão de controle social do CMAS e CIMBAJE, atores relevantes, na construção, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

Essa intervenção proporcionou a efetivação do ODS 17 no que se refere a implementação de parcerias entre o poder executivo, órgãos de gestão local e controle social da política de assistência social que é responsável por gerir o sistema do CADUNICO que atualmente possui aproximadamente 7.535 pessoas inscrita na sua base de dados, correspondendo a aproximadamente a 61,11% da população de Jacinto.

Para análise dos dados foram consideradas as áreas de cobertura da equipe de Estratégia de Saúde da Família-ESF, considerando o acesso dos Agentes Comunitários de Saúde-ACS nas moradias para acompanhamento familiar de forma contínua nas alterações do cotidiano familiar para monitoramento

no acesso a saúde e encaminhamento para rede de atendimento socioassistencial.

A parceria firmada em reunião possibilitou reafirmar a importância da implantação da parceria no processo de planejamento das políticas públicas considerando os dados existentes em cada setor que pode contribuir na eficácia da previsão de metas, a serem cumpridas a partir da realidade apresentada.

Tendo por base o CADUNICO foi realizada a apropriação dos dados eletrônicos através de informações repassadas via cadastro físico que informava a condição de renda, composição familiar, escolaridade, trabalho e infraestrutura das condições de moradia e acesso a serviços públicos de urbanos.

#### **a. Territórios de cobertura das Equipes de Saúde da Família mapeados pelos índices de vulnerabilidade social.**

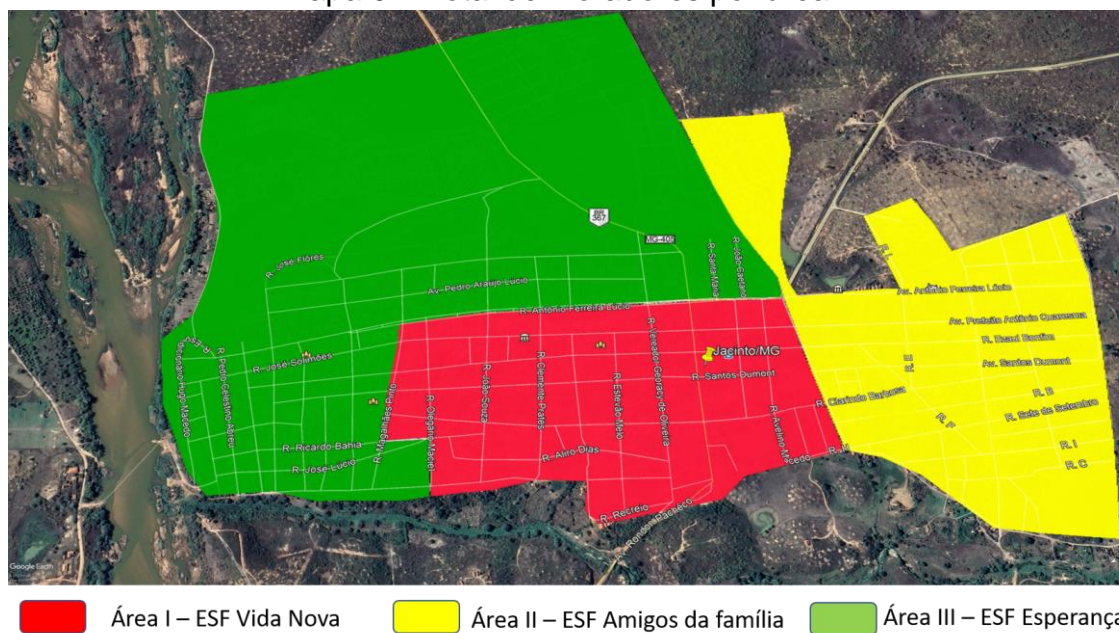
A territorialização das ESF foi estabelecida com a intervenção da equipe do cadastro único no intuito de identificar as famílias que estavam na base de dados e não realizavam atualização de dados a fim de possibilitar o acompanhamento coerente das famílias tanto no âmbito da saúde como da educação que são determinantes na alteração da realidade social.

Essas informações foram levantadas a partir da base de dados do CADUNICO que apresentou as famílias residentes por ruas e em intervenção com as ACS e coordenação da Atenção Básica de Saúde foi identificado a localização da residência da família por bairro e área de cobertura da ESF.

Tabela 3: Área territorial por Equipe de Saúde de Família-ESF

<b>Território</b>	<b>Equipe Saúde da Família-ESF</b>	<b>Bairros</b>	<b>Nº de pessoas analisadas</b>	<b>%</b>
Área I	ESF Vida Nova	Nossa Senhora Aparecida, Centro, Nossa senhora das Graças, Ipê e Amaralina	879	21,74%
Área II	ESF Amigos da Família	Nossa Senhora Aparecida e Pampulhinha	2.094	51,80%
Área III	ESF Esperança	Amaralina, Centro, Dr. Sinval e Beira Rio	1.069	26,44%
<b>Total de Pessoas</b>			<b>4.042</b>	<b>99,98%</b>

Mapa 01: Total de Moradores por área



Essa territorialização trouxe o reconhecimento dos índices populacionais existentes, expressando as zonas de maior povoamento e delimitações estabelecidas para gerenciamento da política pública de saúde, que consegue acessar todas as unidades habitacionais no acompanhamento da rotina familiar com a possibilidade de identificação de situações de vulnerabilidade social que podem ser apropriadas na implementação de ações que promovam a redução da desigualdade social em âmbito local.

Nessa vertente, o ODS 10 de redução das desigualdades está alinhado ao Projeto de Intervenção quando se consegue identificar as delimitações territoriais e assim identificar o contexto de cada região a partir da aglomeração dos bairros definidos por localização geográfica e identificação de número de população, bem como definição de zonas periféricas e centrais.

Assim identificou-se o perfil das famílias residentes em cada território a partir das dimensões dos indicadores: infraestrutura, capital humano e a renda e trabalho.

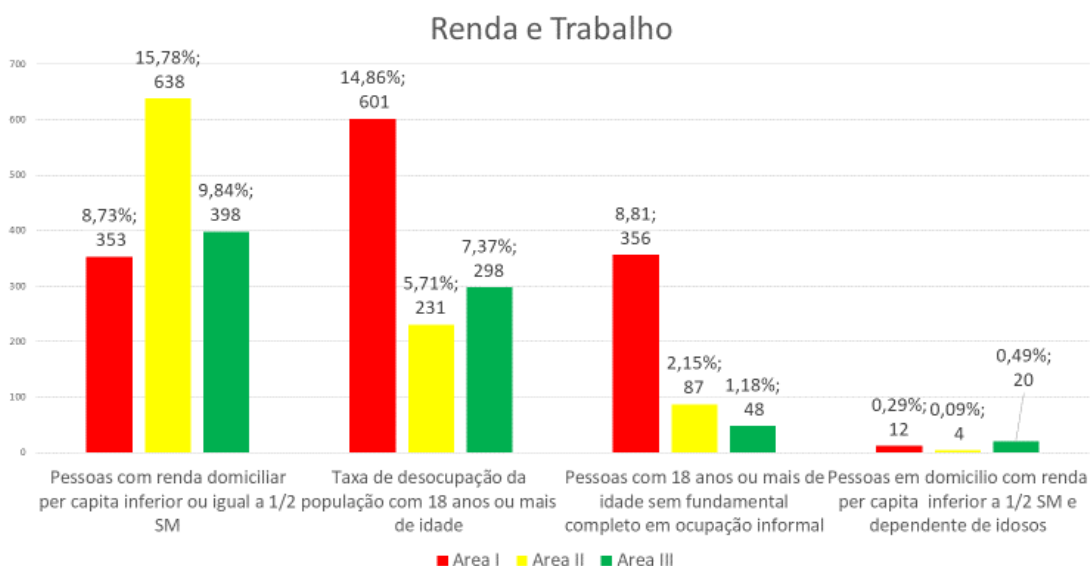
Com relação à infraestrutura, no que diz respeito às pessoas que gastam mais de uma hora até o trabalho, essa variável não pode ser analisada, uma vez que o município possui uma área de 1395,3 km<sup>2</sup> não existindo deslocamentos na área urbana que ultrapasse uma hora

## b. Famílias com menor concentração de renda, identificadas por território de moradia.

Na análise realizada, verificou-se o perfil das pessoas no que se refere a renda e trabalho considerando a renda *per capita* familiar diante das condições de ocupação formal e informal e nível de escolaridade das pessoas que compõe os núcleos familiares.

O gráfico a baixo traz a representação para o município de sua realidade mostrando as áreas de maiores índices de vulnerabilidades ocasionadas pela falta de acesso a renda e trabalho.

Gráfico: 1 IVS Renda e Trabalho



No resultado apresentado é identificado a representação do ODS 1 que caracteriza o número de pessoas que vivem em situação de pobreza por território a partir da analogia não somente pela falta de acesso a renda, mas também pela falta de acesso a políticas públicas de educação para garantia da formação básica no ensino fundamental.

No que se refere a renda familiar, 34,35% das pessoas possuem renda domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo das quais 8,73% estão na área I, 15,78% estão na área II e 9,84% na área III.

Quanto a taxa de desocupação da população com 18 anos ou mais o território possui um percentual de 27,94% de pessoas nesta situação, sendo 14,86% na área I, 5,71% na área II e 7,37% área na III.

Das pessoas pesquisadas no território 12,14% são pessoas com 18 anos ou mais de idade sem fundamental completo em ocupação informal, estando 8,81% na área I, 2,15% na área II e 1,18% na área III.

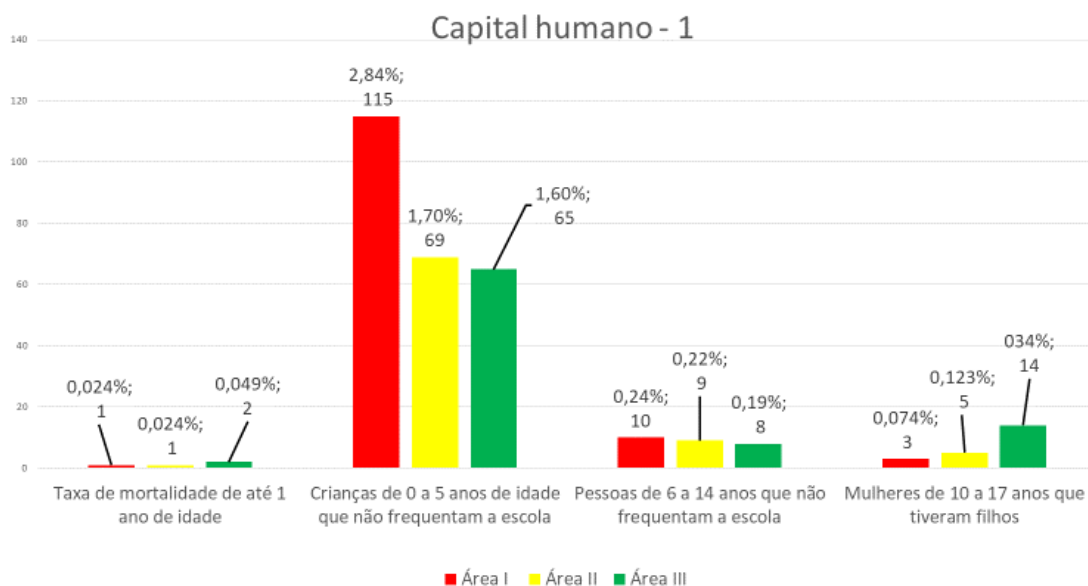
Das pessoas pesquisadas no território 0,89% possuem renda per capita inferior a ½ salário mínimo e são dependentes de idosos, estando 0,29% na área I, 0,09% na área II e 0,49% na área III.

No levantamento realizado não houve percentual de pessoas na faixa etária de 10 a 14 anos de idade que exercem atividade trabalhista, não foi possível realizar levantamento de números de pessoas existente no território, uma vez que a população não possui um entendimento aprofundado sobre a diferenciação entre tarefa e trabalho para esse público.

### c. Perfil de pessoas identificado por sexo, renda e escolaridade;

Os resultados obtidos com a leitura dos indicadores analisaram as pessoas por faixa etária que estão fora da escola, mulheres chefes de famílias com filhos até 15 anos, população em taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais idade, crianças que vivem em domicílios e nenhum adulto possui ensino fundamental completo e pessoas entre 15 e 24 anos de idade que nem estudam e nem trabalham.

Gráfico 2: IVS Capital Humano



O gráfico a cima representa o perfil da população considerando o acesso a saúde, educação e faixa etária no que se refere a população infanto-juvenil. Os indicadores apresentam uma realidade social que expressa a falta de acesso à escola principalmente de crianças nas faixas etária de 0 a 5 anos. Isso representa o não acesso das crianças a creche e pré-escolas o que impede a mães deste público a serem inseridas no mercado de trabalho no mesmo período.

Há de se considerar que a população de adolescentes com filhos é razoável e deve possuir atenção especializada para que se evite a evasão escolar e possibilite ações de promoção de políticas públicas voltada a aumento da escolaridade vinculado a inserção no mercado de trabalho.

A possibilidade de desenvolvimento humano impacta na qualidade de vida da população, viabilizada pelo acesso a informação e elevação da oferta de mão-de-obra qualificada dentro de uma faixa etária ativa a vida trabalhista.

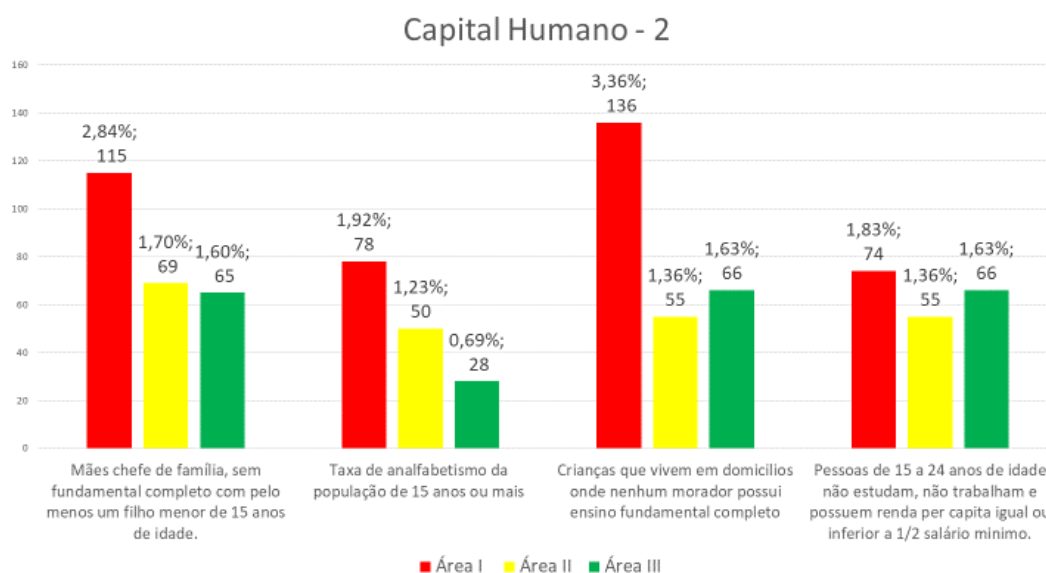
Quanto à saúde, no indicador de mortalidade infantil, número foram a óbito no último ano foi sendo 0,024% área I, 0,024% área II e 0,49% área III.

Na faixa etária de 0 a 5 anos, 6,16% é o percentual de crianças existentes no território fora da escola sendo 2,84% são residentes na área I, 1,70% área II e 1,60% na área III.

Quanto a faixa etária de 6 a 14 anos de idade existem 0,66% de pessoas que não frequentam a escola sendo, aproximadamente, 0,24% área I, 0,22% área II e 0,19% área III.

Dentre as pessoas analisadas a população com idade entre 10 a 17 anos que tiveram filhos foram: 0,074% na área I, 0,123% área II e 0,034% área III.

Gráfico: 3 Capital Humano 2



O gráfico 3 continua a análise do IVS Capital Humano quando ela apresenta a numero de mulheres chefes de famílias que não possuem ensino fundamental por território e apresenta o perfil da faixa etária de filhos que são educados por elas.

O analfabetismo também é representado por área, bem como o número de jovens que estão em uma vida ativa e estão fora do mercado de trabalho.

Quanto a estrutura familiar, comprova-se que aproximadamente 6,14% da população são mães chefe de famílias com filhos menores de 15 anos de idade, sendo que 2,84% habitam na área I, 1,70% na área II e 1,60 % na área III.

Da amostragem das pessoas com idade de 15 anos ou mais são analfabetos e apresentam a seguinte distribuição no território: 1,92% área I, 1,23% área II e 0,69% área III.

O percentual de crianças que vivem em domicílios onde nenhum morador possui ensino fundamental completo é de 6,35% das crianças, sendo 3,36% na área I, 1,36% na área II e 1,63% área III.

No que se refere a população de 15 a 24 anos que não estuda nem trabalha o território possui 4,82% da população, sendo 1,83% na área I, 1,36% na área II e 1,63% na área III.

#### **d. Análise da vulnerabilidade social para alcance do desenvolvimento sustentável.**

Nos trabalhos realizados identificamos os indicadores postos pelo IVS e os correlacionamos com o ODS 1 de Erradicação da Pobreza, ODS 10 de Redução da Desigualdade Social e ODS 17 de Implantação de parcerias.

A territorialização por áreas foi linkada com o ODS 10, que apresenta a desigualdade social como eixo de análise para proposição de alternativas que promovam a igualdade social.

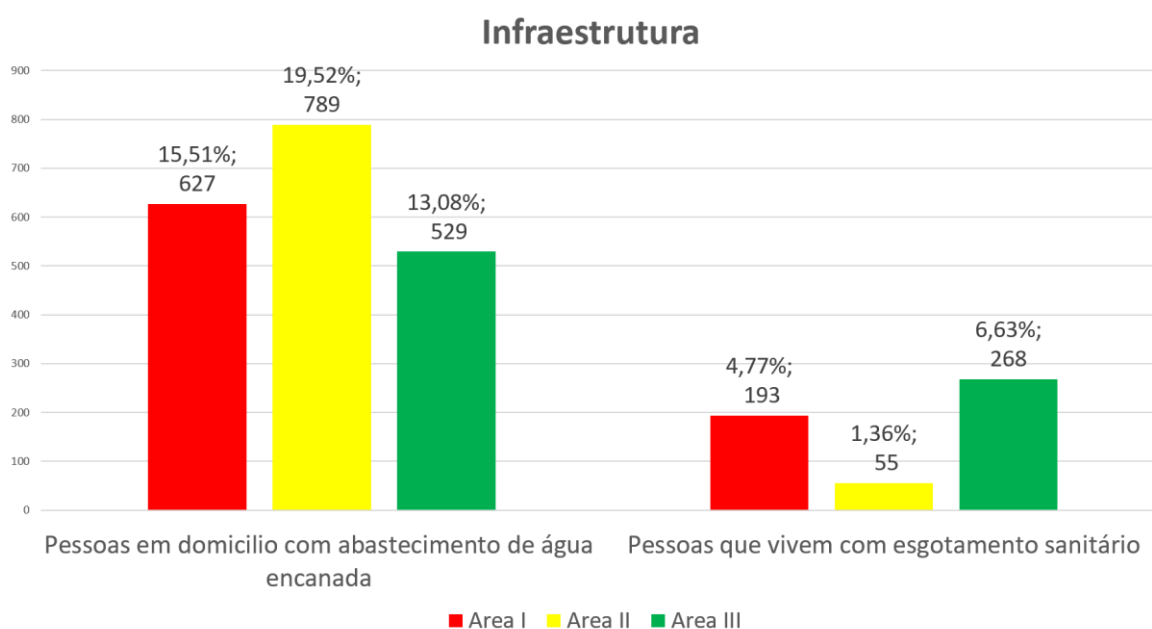
Os indicadores relacionados a renda e trabalho e capital humano são correlacionados a partir do ODS 1 que perpassa a erradicação da pobreza de forma multidimensional, considerando a falta de acesso a políticas públicas a saúde, educação e renda.

O ODS 17 abrange um universo que vai além da perspectiva da leitura, ele é apropriado na construção do PI de forma a realizar o entendimento da realidade

local por atores que compõe a administração pública, órgão de controle social e demais agentes que são determinantes para a transformação societária.

## IVS INFRAESTRUTURA

**Gráfico 4: Pessoas em domicílio com abastecimento de água encanada e esgotamento sanitário**



Do percentual de amostragem, aproximadamente 48,11% das pessoas em domicílios possuem abastecimento de água encanada, 15,51% está na área I, 19,52% na área II e 13,08% área III.

No que se refere ao esgotamento sanitário 12,76% de pessoas possuem residências com o serviço sendo 4,77% área I, 1,36% área II e 6,63% área III.

Quanto a coleta de lixo registrou-se que existe a coleta integral nas áreas analisadas através de escalas dos dias de atendimento à população.



## Considerações Finais

O presente documento apresenta indicadores sobre a realidade do município de Jacinto a fim de subsidiar a realização de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas locais.

Sua realização permitiu detectar que os profissionais da gestão do CADUNICO não possuíam o conhecimento das áreas de cobertura das ESF, o que foi um entrave na identificação da abrangência territorial para o chamamento das famílias inseridas no CADUNICO para a realização da atualização cadastral.

A articulação junto a ESF permitiu a aplicação do questionário e possibilitou a vinculação do Cartão SUS ao cadastro de atualização do CADUNICO, identificando as famílias e seu território de abrangência habitacional.

A estratégia de vinculação do cartão SUS a atualização do CADUNICO traz ao setor uma maior coerência das informações repassadas uma vez que a composição familiar informada deve ser condizente com a atendida pelo serviço de saúde, implicando na redução de repasse de informações inverídicas, e agilizando a cobertura do acompanhamento das famílias via território.

Estabelecer territórios de abrangência para realização de intervenções propõe um conhecimento aprofundado das prioridades a serem trabalhadas a partir de uma análise que perpassa um confronto a realidade Nacional e Estadual.

Assim identificamos o perfil o município dentro do contexto nacional onde suas ações de promoção das políticas públicas destacam frente ao acesso a água encanada, mas possui baixo índice no acesso a rede de esgotamento sanitário.

Quanto ao desenvolvimento humano os índices no acesso à educação para o público infante-juvenil o município está a cima da média nacional e estadual.

No que se refere a mães chefe de família o município está a cima das médias nacional e estaduais, bem como o numero de pessoas com renda mensal per capita inferior ou igual a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e taxa de desocupação da população acima de 18 anos de idade.

Tabela 04: Indicadores de IVS do Brasil, Minas Gerais e Jacinto.

<b>Indicadores</b>	<b>Média Nacional/2015</b>	<b>Média Estadual/2015</b>	<b>Média Municipal CADUNICO/2019</b>
Abastecimento água encanada	2,40	0,44	48,11
Esgotamento sanitário			12,76
Mortalidade infantil	12,94	12,45	0,97
Criança de 0 a 5 anos não frequentam escola	54,60	54,11	6,16
Pessoas de 6 a 14 anos não frequentam a escola	1,41	1,72	0,66
Mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,45	8,41	0,537
Mães chefe de família s/fundamental completo com pelo menos 1 filho menor de 15 anos de idade	7,95	6,79	6,14
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	7,95	17,10	3,84
Crianças que vivem em domicílio onde nenhum morador possui ens. Fund. Completo	16,66	17,10	3,36
Pessoas de 15 a 24 anos de idade não estudam não trabalham e possuem renda percapita igual ou inferior a 1/2 mínimo	9,80	7,48	4,82
Pessoas com renda domiciliar per capita inferior ou igual a 1/2 salário mínimo	24,30	20,27	34,35
Taxa de desocupação da população com 18 anos ou mais de idade	8,87	8,39	27,94
Pessoas com 18 anos ou mais de idade sem fundamental Completo em ocupação informal	30,26	32,33	12,14
Pessoas com 18 anos com renda percapita inferior a 1/2 salário mínimo e dependente de idosos	1,24	0,92	0,89

Neste contexto a intervenção realizada alcançou o objetivo proposto na identificação de sua realidade e, a partir desta identificação, apresenta as prioridades a serem trabalhadas no planejamento das políticas públicas, conforme tabela 05 a seguir.

Tabela 05: Indicadores por território das ESF de Jacinto

Indicadores	Área I	Área II	Área III	Área prioritária no atendimento
Abastecimento água encanada	15,51	19,52	13,08	
Esgotamento sanitário	4,77	1,36	6,63	
Mortalidade infantil	0,24	0,24	0,49	
Criança de 0 a 5 anos não frequentam escola	2,84	1,7	1,6	
Pessoas de 6 a 14 anos não frequentam a escola	0,24	0,22	0,19	
Mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	0,074	0,123	0,34	
Mães chefe de família s/fundamental completo com pelo menos 1 filho menor de 15 anos de idade	2,84	1,55	0,66	
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	1,92	1,23	0,69	
Crianças que vivem em domicílio onde nenhum morador possui ens. Fund. Completo	3,36	1,36	1,66	
Pessoas de 15 a 24 anos de idade não estudam não trabalham e possuem renda percapita igual ou inferior a 1/2 mínimo	1,83	1,36	1,63	
Pessoas com renda domiciliar per capita inferior ou igual a 1/2 salário mínimo	8,73	15,78	9,84	
Taxa de desocupação da população com 18 anos ou mais de idade	14,86	5,71	7,37	
Pessoas com 18 anos ou mais de idade sem fundamental Completo em ocupação informal	8,8	2,15	1,18	
Pessoas com 18 anos com renda percapita inferior a 1/2 salário mínimo e dependente de idosos	0,29	0,09	0,49	

Diante da análise realizada a Secretaria Municipal de Assistência Social realizará a apresentação dos dados coletados em reunião, conforme apêndice 04, com a presença do Prefeito Municipal, gestores das políticas de: saúde, educação, finanças, CIMBAJE, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, entidades religiosas, poder legislativo e demais representantes municipais que contribuem no planejamento das políticas públicas locais a fim de disseminar as informações coletadas via pesquisa.

A reunião não acontecerá no dia 05 de setembro de 2019, conforme previsto, uma vez que na agenda municipal ocorrerá naquela data evento para o qual toda a comunidade é chamada a participar visando o controle social da política municipal de assistência social, o que impediria a presença dos atores envolvidos na culminância do Projeto de Intervenção.

## 10. Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto Nº 6135/2007, [on line]

Disponível:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20072010/2007/Decreto/D6135.htm#art14](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6135.htm#art14) [capturado em 19 de Abril de 2019]

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc),2017

Confederação Nacional de Municípios – CNM. Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020.

Brasília: CNM, 2017. [on line]. Disponível:

<https://drive.google.com/open?id=1rQ4Y3OGBtrnL4ZnBgpZb61y2dJothmDQ>

Acesso em [Capturado em 22/05/2019]

Confederação Nacional de Municípios – CNM. Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros. O que os gestores municipais precisam saber. Brasília: CNM, 2016.

<https://drive.google.com/open?id=1SIOj8MRGNI3ITeliXfFbdhY1AlrezEI>, acesso em 23/05/2019

COSTA, M. A., Marguti, B.O. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros – Brasília: IPEA, 2015

COSTA, M. A., SANTOS, M. P. G., MARGUTI, B. e et al, Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras, IPEA, Brasília –2018

IBGE CIDADES. Panorama de Jacinto/MG. [on line]

Disponível:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/jacinto/panorama> acesso em 13/04/2019 . [capturado em: 19 abr. 2019]

IBGE. Comitê de Estatísticas Sociais. Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico.

Disponível:<https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mds/cadastro-unico-dos-programas-sociais-cadunico.html>

MDS. Pesquisa de qualidade do cadastro único para programas sociais do governo federal. Relatório final produzido pela equipe SAGI/MDS baseado na pesquisa realizada pela empresa DATAMÉTRICA Consultoria, Pesquisa e Contact Center [on line]

Disponível:[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum\\_executivo/pdf/relatorio\\_206.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/relatorio_206.pdf)[Capturado em outubro 2014 a fevereiro 2017]

SANTOS, A. A. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os Municípios. Revista de Administração Municipal – RAM, ed. 287. Rio de Janeiro: IBAM, 2016.

GINI Municipal, [on line]

Disponível:<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginimg.def>[Capturado em 24/05/2019]

SILVA, E. R. A., PELIANO, A. M. e CHAVES, V. AGENDA 2030 - ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. IPEA, Brasília, 2018. [on line]

Disponível:[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33895&catid=410&Itemid=43](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33895&catid=410&Itemid=43)

WWP, Breve Histórico do Cadastro Único. [On line]

Disponível:[https://wpp.org.br/wpcontent/uploads/2016/12/breve\\_historico\\_do\\_cadastro\\_unico.pdf](https://wpp.org.br/wpcontent/uploads/2016/12/breve_historico_do_cadastro_unico.pdf) .

## Apêndice 01



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**CNPJ: 13.730.138/0001-98**  
**Praça João Pereira da Rocha, 200 - Centro - CEP: 39930-000 – Jacinto- MG**  
**Fone: (33) 3723-1818**  
**E-mail: [assistsocial.jacinto@yahoo.com.br](mailto:assistsocial.jacinto@yahoo.com.br)**

**CADASTRO DE USUÁRIOS**

Nome: \_\_\_\_\_  
 Estado Civil: ( ) casado ( ) Solteiro ( ) União Estável ( ) Divorciado ( ) Viúvo ( ) Outros \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
 Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ NIS \_\_\_\_\_  
 Naturalidade: \_\_\_\_\_ Tel: \_\_\_\_\_  
 Filiação: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

1. Tem filhos? ( ) Sim ( ) Não – Quantos? \_\_\_\_\_  
 2. Recebe algum benefício? ( ) sim ( ) não. \_\_\_\_\_  
 2.1. Qual: ( ) BPC ( ) Bolsa Família ( ) Outros \_\_\_\_\_  
 3. Trabalha atualmente? ( ) sim ( ) não -Local: \_\_\_\_\_  
 4. Recebe: ( ) Aposentadoria ( ) Pensão por Morte ( ) Pensão Alimentícia ( ) Outros \_\_\_\_\_  
 5. Renda mensal familiar atual: \_\_\_\_\_ Renda per capita: \_\_\_\_\_

**6. COMPOSIÇÃO FAMILIAR** (Anotar o nome de todos que residem na mesma casa).

Nome	DN – Idade	Parentesco	Inst. de Ensino	Profissão

7. **Situação Habitacional:** ( ) Própria ( ) Cedida ( ) Alugada/valor? \_\_\_\_\_  
 7.1 Tipo de Moradia: ( ) Casa e Alvenaria ( ) Taipa ( ) Adobe ( ) Outros \_\_\_\_\_ cômodos: \_\_\_\_\_  
 8.0. Possui energia elétrica? ( ) Sim ( ) Não - **Água encanada?** ( ) Sim ( ) Não Instalação Sanitária? ( ) Sim ( ) Não.  
 9.0. **Rede de Esgoto?** ( ) sim ( ) não – Fossa Receptora ( ) Fossa Séptica – Esgoto a Céu aberto ( ).  
**A Rua é Calçada?** ( ) sim ( ) não.  
 Necessita de realização de obras (engenharia civil) no domicílio? \_\_\_\_\_  
 Se sim quais? \_\_\_\_\_

Área de cobertura da equipe da saúde: \_\_\_\_\_ Micro: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Assinatura do usuário: \_\_\_\_\_

Responsável Pelo Cadastro \_\_\_\_\_

## Apêndice 02

### PAUTA DE REUNIÃO

#### PROJETO DE INTERVENÇÃO:

#### O MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL A PARTIR DA ANÁLISE DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO DO MUNICÍPIO DE JACINTO-MG

**Disciplina:** Trabalho de Conclusão de Curso

**Orientadora:** Angela Fontes

**Aluna:** Karla Pinheiro de Oliveira

**Data:** 23 de Maio de 2019

**Tema:** O Mapeamento das áreas de vulnerabilidade social a partir da análise de dados do Cadastro Único do Município de Jacinto a luz dos Objetivos de Desenvolvimento Social-ODS

**Objetivo:** Explanar sobre o Projeto de Intervenção ao órgão de controle social, poder executivo e secretarias municipais a fim de explanar sobre a importância no processo de planejamento das políticas públicas correlacionando os dados aos Objetivos de Desenvolvimento Social-ODS e garantir a liberação do acesso ao sistema do CADUNICO pelo Conselho Municipal de Assistência Social

**Período de Duração:** 1:30 minutos

**Participantes:** Conselheiros municipais de assistência social, representantes da secretaria de saúde, educação, planejamento e prefeito, secretário executivo e procurador do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha-CIMBAJE, secretária municipal de assistência social, gestora do Cadastro Único.

**Resultado esperado:** Sensibilizar sobre a importância do planejamento a partir da apropriação de dados existentes no município, disseminação de informação sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e pactuar a autorização do CMAS para acesso aos dados do CADUNICO.

## Apêndice 03

### Slides Apresentação da Reunião do dia 23/05/2019

Prefeitura Municipal de Jacinto  
Secretaria Municipal de Assistência Social

**“O MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL A PARTIR DA ANÁLISE DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO DO MUNICÍPIO DE JACINTO-MG A LUZ DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-ODS”**

Prefeitura Municipal de Jacinto  
Secretaria Municipal de Assistência Social

- Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS/ Lei 8.742/1993 alterada pela Lei 12.435/2011 regula o Sistema único de Assistência Social-SUAS.
- Município passar a Gerir e executar políticas públicas que promovam a acessibilidade de garantia de direitos através da implementação de ações planejadas a partir de pactuação estabelecidas entre órgãos federativos sob fiscalização e acompanhamento dos órgãos de controle social

#### PLANEJAMENTO X CONHECER



#### OBJETIVO

- Conhecer os índices de vulnerabilidade social existente;
- Definir territórios de intervenção( áreas prioritárias)
- Definir período de execução de ações ;
- Buscar recursos para melhoria da realidade local
- Realizar monitoramento.

#### BASE DE DADOS-MG



- Identificação das famílias com componentes familiares;
- Renda;
- Escolaridade;
- Infraestrutura física da moradia;
- Infraestrutura do bairro da moradia
- \* Dados são atualizados periodicamente.

#### Índice de vulnerabilidade social-IVS-IPEA

- ❖ IVS infra estrutura
- Percentual de pessoas com esgotamento sanitário;
- Percentual de pessoas vivem área urbana sem coleta de lixo;
- Percentual de pessoas que vivem no município com renda até meio salário mínimo;

#### IVS capital humano

- Taxa de mortalidade até um ano de idade;
- Percentual de crianças de 0 a 5 anos frequenta a escola;
- Percentual de pessoas de 6 a 14 que não frequenta a escola;
- Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos;
- Percentual mulheres chefes de famílias com ensino fundamental completo e com menos de um filho com idade a baixo de 15 anos;
- Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais idade;
- Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum morador possui ensino fundamental completo;
- Percentual de pessoas de 15 a 24 anos não estudam, não trabalham e possuem renda ate meio salario mínimo;

#### IVS renda e trabalho;

- Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo;
- Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais idade;
- Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal;
- Percentual de pessoal em domicilio com renda inferior a meio salario mínimo e dependentes de idosos;
- Taxa de atividade de pessoas de 10 a 14 anos de idade.



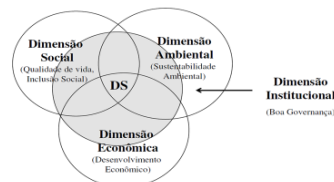
### Desenvolvimento Local x Objetivo Desenvolvimento Sustentável-ODS



Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foi criado a partir de acordo estabelecido entre 193 países integrantes das organizações das Nações Unidas-ONU,

### Desenvolvimento Local x Objetivo Desenvolvimento Sustentável-ODS

A Agenda 2030 foi assinada em 2015 é constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS e 169 metas que buscam concretizar os direitos humanos em três dimensões:



### Os 5 Ps



- Pessoas:** Acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável;
- Planeta:** proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras;
- Prosperidade:** assegurar que todos os seres humanos possam usufruir de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza;
- Paz:** promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável;
- Parceria:** Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

### Projeto de intervenção



**“ MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL A PARTIR DA ANÁLISE DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO DO MUNICÍPIO DE JACINTO-MG”**

- Ação propositiva para inserção do municípios nessa Agenda constituída globalmente

### Controle social

- Público-alvo : famílias cadastradas no CADUNICO
- Objetivo: realizar diagnóstico que possa subsidiar o planejamento das políticas públicas municipais através da construção de diagnóstico que levante as áreas de vulnerabilidade social.
- Metodologia: avaliação de dados primários e secundários através do acesso a base de dados do Cadastro único;
- Estrutura de documento fazendo vinculação aos ODS



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

<https://youtu.be/pZ2Rsinr1A>

**Apêndice 04****PAUTA DE REUNIÃO****PROJETO DE INTERVENÇÃO:****O MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL A PARTIR DA ANÁLISE DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO DO MUNICÍPIO DE JACINTO-MG****Disciplina:** Trabalho de Conclusão de Curso**Orientadora:** Angela Fontes**Aluna:** Karla Pinheiro de Oliveira**Data:** 11/09/2019

<b>Tema:</b> O Mapeamento das áreas de vulnerabilidade social a partir da análise de dados do Cadastro Único do Município de Jacinto a luz dos Objetivos de Desenvolvimento Social-ODS
<b>Objetivo:</b> Expor o resultado obtido sobre a coleta de dados realizada junto ao setor do CADUNICO a partir de territorialização estabelecida junto com a Equipe de Saúde da Família-ESF.
<b>Período de Duração:</b> 2 horas
<b>Participantes:</b> Prefeito municipal, Conselheiros municipais de assistência social, representantes da secretaria de saúde, educação, planejamento, assistência social, Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha-CIMBAJE, gestora do Cadastro Único, Ministério público, Tribunal de Justiça, Câmara Municipal de vereadores.
<b>Resultado esperado:</b> Repassar informações sobre a realidade municipal a partir da do mapeamento das áreas de vulnerabilidade existente em jacinto, apresentando documento analítico a ser apropriado pela gestão municipal na realização do planejamento e monitoramento de ações que promovam a inclusão social a partir do alinhamento junto Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS.

## Apêndice 05

Slides para a 2ª Reunião

Reunião: 11/ 09/2019

### O MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL A PARTIR DA ANÁLISE DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO DO MUNICÍPIO DE JACINTO-MG



### Definição do Estudo:

- O diagnóstico foi realizado pela Prefeitura Municipal de Jacinto via parceria realizada com Escola Nacional de Administração Pública, em estudo sobre o Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS através da Secretaria Municipal de Assistência Social com parceria do Conselho Municipal de Assistência Social.
- Problema: A não apropriação de base de dados locais no planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas.
- Objetivo: Realizar mapeamento dos territórios de vulnerabilidade social a partir dos dados informados pelas famílias inscritas ao setor do CADÚNICO de Jacinto considerando os indicadores apresentados no Índice de Vulnerabilidade Social-IVS, alinhados ao desenvolvimento regional do Baixo Jequitinhonha, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS de Erradicação da Pobreza (ODS 1), Redução da Desigualdade (ODS 10) e Implementação de Parcerias (ODS 17).

### Público-alvo

- Pessoas cadastradas no CADÚNICO;
- Jacinto possui pessoas cadastradas 7.525: corresponde a 61,03% da população;
- Realizado amostragem de 4.042 pessoas, residentes na área urbana, que corresponde a 53,70% da população cadastrada.

### Índice de Vulnerabilidade Social-IVS(IPEA)

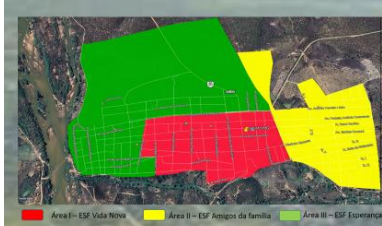
- IVS Infraestrutura: reflete nas condições de infraestrutura e mobilidade urbana
- IVS Capital Humano: reflete condições de saúde e educação
- IVS Renda e Trabalho: reflete sobre a questão da renda vinculada à educação.

➤ **VINCULAÇÃO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-ODS**




### Territórios de abrangência via áreas de cobertura das Equipes de Saúde da Família-ESF

Território	Equipe Saúde da Família-ESF	Bairros	Nº de pessoas analisadas	%
Área I	ESF Vida Nova	Novas Sabeas - Aparecida, Centro, Nova semente das Graciel, Ipe e Amarelinas	879	21,74%
Área II	ESF Amigos da Família	Novas Sabeas Aparecida e Princesinhã	2094	51,80%
Área III	ESF Esperança	Amarelinas, Centro, Dr. Savari e Beira Rio	1069	26,44%
<b>Total de Pessoas</b>			<b>4042</b>	<b>99,98%</b>



### Coleta de dados quantitativos:

- Acesso do CADÚNICO/CECAD;
- Aplicação de questionário para atualização cadastral;
- Visitas domiciliares pela equipe da SMAS;

Estratégia: vinculação do cartão Sistema Único de Saúde-SUS a documentação para garantir veracidade os dados informados.

## Como potencializar Jacinto

- Adequação do Plano Plurianual Municipal;
- Estabelecimento de parcerias com entidades público-privadas alinhadas aos ODS;
- Ampliação do suporte do CIMBAJE na gestão das políticas públicas com objetivo de reduzir os déficits municipais através da criação de laboratório de estudos;
- Ampliação de cobertura do serviço educacional educação infantil e Jovens e adultos.
- Oferta de curso de capacitação profissional.
- Inserção da mulher no mercado de trabalho e aumento da escolaridade;
- Acesso a rede de esgotamento sanitário.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários." (Marilda Iamamoto)

Obrigada a todos!  
karlapinheiro2012@gmail.com

## Apêndice 06:

Banner

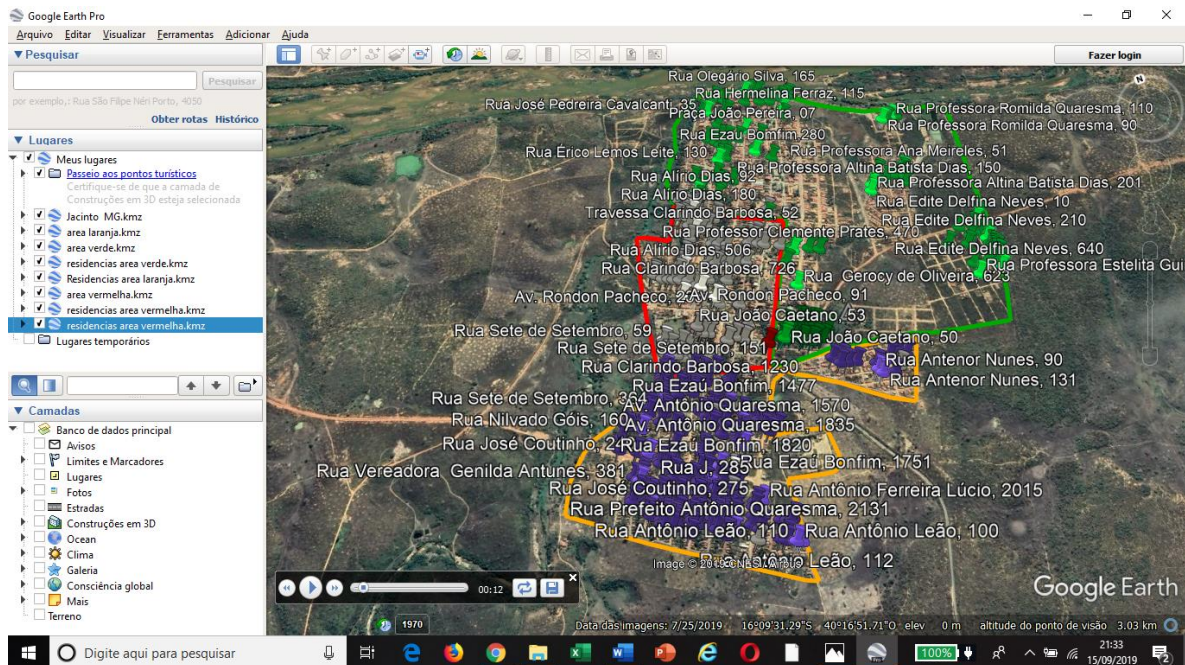
Reunião: 11/09/2019



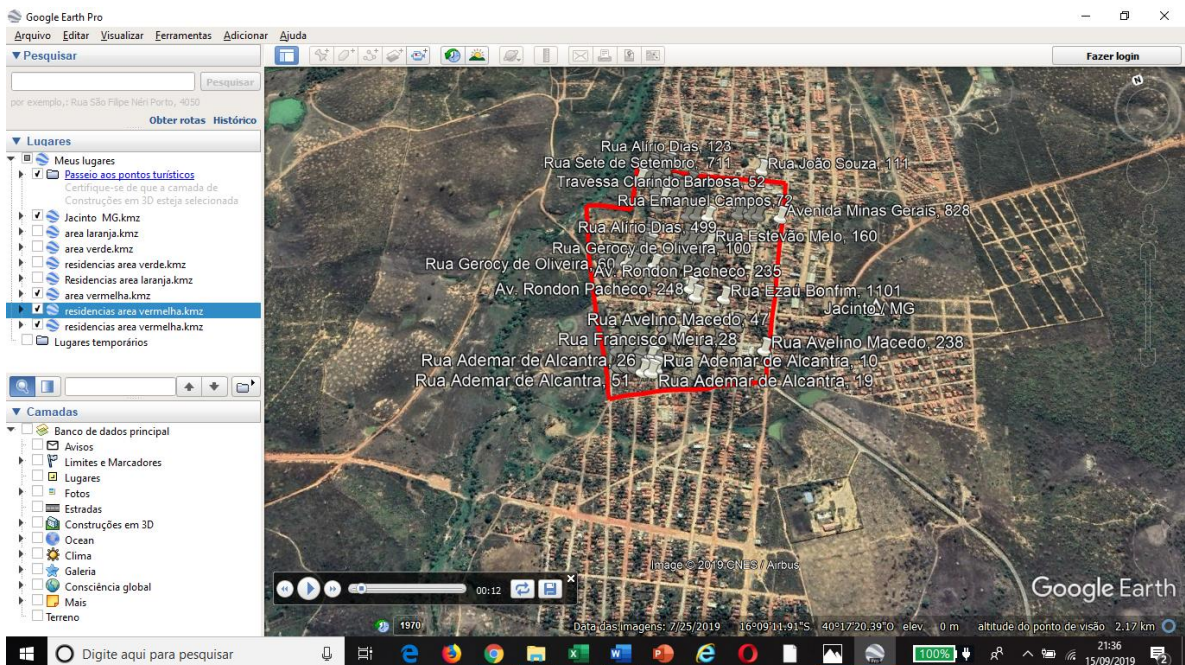
## Apêndice 07

### Pontos do Mapeamento

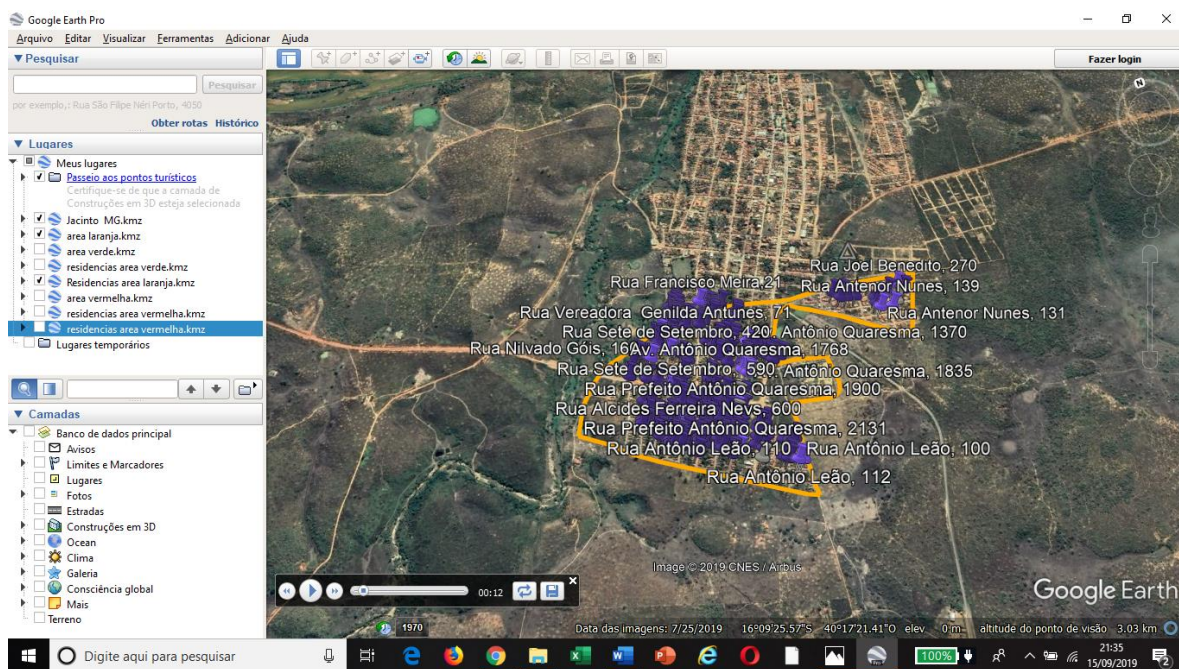
### Print da tela Google Earth Pro



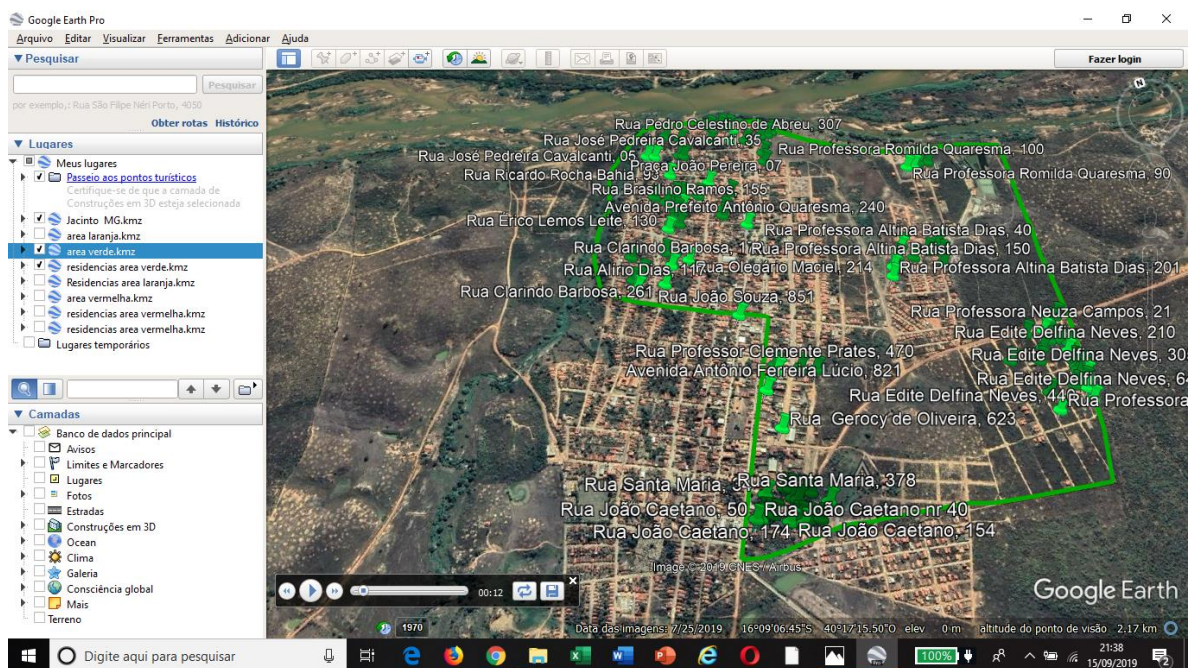
## Área I



## Área II



## Área III



## Anexo 01

## Ata de Reunião para pactuação de acesso ao sistema CADUNICO realizada em 23 de maio de 2019.

Márcio Peixes de Silva, Ademar Fernandes Couto, João Alves Benício, Marilda Figueiredo Noriz, Maria Laura dos Santos, Marly Maria Lucio Carmalho, Rosária Petella de poimento, Patrícia Soares Matias Fernandes.

Dos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às quinze horas, estiveram presentes na Secretaria Municipal de Assistência Social situada na Praça João Pereira da Rocha número duzentos, os conselheiros do CMAS, a Secretária Municipal de Assistência Social Aparecida Rodrigues dos Santos, a assessora da Secretaria de Assistência Social Karla Perheira de Oliveira, e sua secretária Jilene Rodrigues Lopes Pessoa, a coordenadora do CRAS Flávia Angélica da Cunha Sousa, Aureliano dos Santos de Oliveira secretário executivo do CIMBAJE, Edinalva Gonçalves Bandeira assistente social do CRAS Fixo, Tágua Monteiro de Carvalho assistente social da equipe volante do CRAS, Elizângela Silva, pedagoga do CRAS Fixo, Frederico Lucio Loureiro coordenador da Gestão Básica, e o pupilo Bruno de August de Souza, para uma reunião com a seguinte pauta: Mapeamento dos áreas de vulnerabilidade a partir da análise de dados do cadastro único do município de Foz de Iguaçu-MG a luz dos objetivos de desenvolvimento sustentável - ODS.

A secretária de assistência social Aparecida iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes, em seguida falou sobre o intuito da reunião, e explicou sobre o diagnóstico que está sendo realizado no município através de visitas domiciliares feitas pela equipe do Cad Único/ Bolsa Família, cujo objetivo é identificar as áreas de maior vulnerabilidade, e os demandas mais evidentes explicou sobre a parceria feita com a secretaria de saúde onde será utilizado o trabalho da família para a realização do Cad Único, como forma de unir que os pontos

da agenda 2030 e que existe hoje no mundo uma preocupação  
 muito grande em trabalhar na sustentabilidade nos eidos  
 frente da sua fala elucidou que exalhou a vontade de fazer  
 para fazer este trabalho desde o município ser com a ca-  
 ldo CIMBATE e de pular no projeto local e compromisso  
 com os políticos públicos sociais. Ressaltou que com a secre-  
 taria de Assistência Social é visto como aquela que deve pre-  
 ocupar social dos pessoas na cidade e está diretamente  
 envolvida com as pessoas da comunidade e por isso  
 melhorar realidade do município sendo possível detec-  
 tar as prioridades de mesmo, nada mais justo que este  
 trabalho partisse da secretaria. Enfatizou que com o dia-  
 gnóstico seja possível conhecer a realidade do município, já  
 que o último censo de 1996 e de 2010, e que de lá para cá  
 houve muitas alterações na cidade, seja no âmbito da in-  
 fraestrutura, seja no âmbito social. E que a partir deste  
 diagnóstico seja possível a captação de recursos para a  
 execução dos casos no município, e explicou que para que  
 este mapeamento fosse concretizado foram utilizados os  
 dados do IBGE e do Cad Inico, privilegiando as localidades  
 de Baba Família que dá total de mais ou menos um mil  
 e setenta e sessenta e três famílias. Respondeu que este dia-  
 gnóstico tem o objetivo de fazer com que os políticos públicos  
 cheguem de fato a quem dela precisa, e ao concretizar tal  
 diagnóstico seja possível uma intervenção da ONU, já que a  
 mesma cooperação os países subdesenvolvidos, e os municí-  
 pios pequenos não conseguem bancar projetos grandes  
 devido os depósitos e não possui de recursos próprios para  
 custear projetos de grande porte. Durante continuidade  
 da explanação Karla começou a explicar sobre a agenda  
 2030 para o desenvolvimento sustentável, sobre os seus eixos  
 estão os 5 Ps (Pessoas, Planeta, Parcerias, Paz e Prosperidade), que



da agenda 2030 e que existe hoje no mundo uma preocupação muito grande em trabalhar a sustentabilidade nas cidades. Durante a sua fala elucidou que exibiu a cidade de Jacinto para fazer este trabalho desde o município ressaltando a importância do CIMBAJE e de parcerias no próprio local e compromissos com os políticos públicos locais. Ressaltou que como a secretaria de assistência social é vista como aquela que deve promover o social das pessoas na cidade e está diretamente envolvida com as pessoas da comunidade e por isso é melhor a realidade do município onde possível detectar as prioridades de mesmo modo mais justo que este trabalho partisse desta secretaria. Enfatizou que com o diagnóstico seja possível conhecer a realidade do município, já que o último censo de IBGE é de 2010, e que de lá para cá houve muitas alterações na cidade, seja no âmbito da infraestrutura, seja no âmbito social. E que a partir deste diagnóstico seja possível a captação de recursos para a execução dos projetos no município, e explicou que para que este mapeamento fosse concretizado foram utilizados os dados do IBGE e do Cad Início, privilegiando os beneficiários do Bolsa Família que de total de mais ou menos um mil e setecentos e sessenta e três famílias. Respondeu que este diagnóstico tem o objetivo de fazer com que os políticos públicos cheguem de fato a quem dela precisa, e ao concretizar tal diagnóstico seja possível uma intervenção da ONU, já que a mesma cooperação os países subdesenvolvidos, e os municípios pequenos não conseguem bancar projetos grandes devido os depósitos e não possui de recursos próprios para custear projetos de grande porte. Durante a continuação da explanação Kala começou a explicar sobre a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, onde os seus objetivos estão os 5Ps (Pessoas, Planeta, Parcerias, Paz e Prosperidade), que

Pinheiro, Elizangela Silva Martins, Clemência Maria  
Silva, Leonardo Augusto Souza, Nécio Pereira da  
Silva, Manoel Alves Rodrigues, Uprua Vieira de Azevedo,  
Rosinária Portela do Nascimento, Marly Maria Lucio  
Carvalho, Karla Pinheiro de Oliveira, Wellingtons Mateus  
de Oliveira.

## Anexo 02

Reunião de explanação do PI ao Prefeito, Secretarias municipal de saúde, educação, assistência social, gestão do bolsa família, CIMBAJE, Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS.

Data: 23/05/2019

